



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: PRÁTICAS  
PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES**

**MARIA DAS GRAÇAS JUSTINO**

**A PERSPECTIVA DO FRACASSO ESCOLAR NA VISÃO DOS ALUNOS DA  
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

**JOÃO PESSOA – PB  
2014**

**MARIA DAS GRAÇAS JUSTINO**

**A PERSPECTIVA DO FRACASSO ESCOLAR NA VISÃO DOS ALUNOS DA  
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares, da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com a Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de especialista em Fundamentos da Educação.

Orientadora: **Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Valdecy Margarida da Silva**

**JOÃO PESSOA – PB  
2014**

J96p Justino, Maria das Graças  
A perspectiva do fracasso escolar na visão dos alunos da  
educação de jovens e adultos [manuscrito] : / Maria das Graças  
Justino. - 2014.  
45 p. : il.

Digitado.  
Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação:  
práticas pedagógicas interdisciplinares) - Universidade Estadual  
da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à  
Distância, 2014.

"Orientação: Profa. Dra. Valdecy Margarida da Silva,  
Departamento de Educação".

1. Educação de Jovens e Adultos 2. Evasão Escolar 3.  
Autoestima. I. Título.

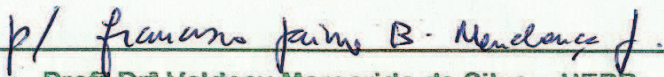
21. ed. CDD 370.1

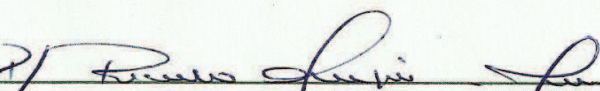
MARIA DAS GRAÇAS JUSTINO

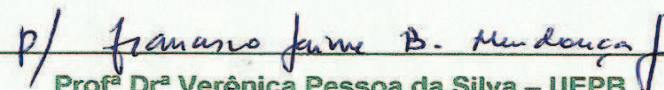
A PERSPECTIVA DO FRACASSO ESCOLAR NA VISÃO DOS ALUNOS DA  
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Aprovada em 27 de 05 de 2014.

BANCA EXAMINADORA

  
Prof.ª Dr.ª Valdecy Margarida da Silva – UEPB  
Orientadora

  
Prof.ª Dr.ª Maria José Guerra – UEPB  
Examinadora

  
Prof.ª Dr.ª Verônica Pessoa da Silva – UEPB  
Examinadora

*In Memoriam*

A meu pai, Manoel Justino, e minha mãe, Antônia dos Santos Justino por terem se doado de corpo e alma para que seus filhos tivessem direito a uma educação de qualidade, o que me possibilitou ser professora efetiva do Estado, requisito necessário para participar desse Curso de Especialização; DEDICO.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por ter me concedido a graça de enfrentar e superar tão grandes desafios para conclusão desse Curso.

Ao meu filho Manoel e aos meus irmãos, por terem me incentivado e apoiado durante essa jornada.

À Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, aos seus professores e funcionários, que nos enchem de orgulho em termos no nosso Estado uma Universidade do mais alto padrão acadêmico.

À minha orientadora, Prof. Dra. Valdecy Margarida da Silva, por sua dedicação, compreensão e otimismo diante das dúvidas e incertezas enfrentadas na realização desse trabalho.

Aos colegas de Curso, por todas as experiências compartilhadas e todas as alegrias que os encontros aos sábados nos proporcionaram. Com a certeza de que sempre estarão guardados em nossos corações, os meus mais sinceros agradecimentos.

Aos meus alunos e alunas da EJA, pela troca de experiências compartilhadas e por terem inspirado e contribuído com esse trabalho.

A todos que contribuíram direta e indiretamente para a realização deste trabalho,

Muito obrigada!

Agindo Deus, quem impedirá?

Isaías: 43:13

## RESUMO

O presente trabalho monográfico, objetiva investigar os motivos da desistência dos alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) do processo de escolarização. Verifica-se que esses jovens e adultos são, em sua grande maioria, oriundos das camadas mais baixas da população e já enfrentam um processo de exclusão social. Ainda, apresentam uma baixa auto-estima resultante das sucessivas tentativas de retomarem os estudos e não conseguirem êxito. As duras jornadas de trabalho que enfrentam, as práticas pedagógicas que não atendem às necessidades de aprendizagem desses alunos, um currículo descontextualizado e excludente, a falta de uma formação adequada aos professores são alguns dos fatores que contribuem para que tenha-se, a cada ano, em todas as escolas brasileiras, um grande número de jovens e adultos que desistem de continuar frequentando a escola. Para melhor compreender essa problemática, na presente pesquisa, que se caracteriza como um estudo de caráter exploratório, foi realizada uma revisão da literatura, especificamente fez-se uma retrospectiva na história da EJA no Brasil, do período colonial até os dias atuais, bem como foi realizada entrevistas semi-estruturadas com alunos com o objetivo de entender os motivos de sua desistência. Tomou-se como base para o referencial teórico, autores como Freire (1996), Paiva (2003), Silva (2012), dentre outros que discutem processos de escolarização na Educação de Jovens e Adultos. Conclusivamente, no Brasil as políticas públicas para a EJA não são suficientes nem eficazes e, ainda, as propostas desenvolvidas para essa modalidade de ensino não trazem consigo elementos necessários para que esses alunos recuperem a auto-estima perdida e se sintam motivados a prosseguirem com seus estudos. Outra questão preocupante é a falta de qualificação profissional dos professores que atuam na EJA. Todos esses entraves contribuem substancialmente para os altos índices de evasão que essa modalidade de ensino apresenta.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos. Evasão Escolar. Autoestima.



## ABSTRACT

This present monographic work discuss Young Learners and Adult Education and investigates their motivations to drop out the scholar process during this module. We can verify that young learners and adults are, in their majority, coming from lower bases of the population and they already face processes that will eventually exclude them socially. And, they show lower self-esteem that start from trying constantly to return to student's life and with no success. Hard work schedule, pedagogical practices that cannot attend their needs, excluded and descontextualized curriculum, the lack of preparation for the teachers are some of the facts that helps, every year, in lots of Brazilian school, a huge number of young and adult learners to drop out school. To fully understand this exploratory research we reviewed the literature specifically as a retrospective on EJA's History from colonial till today. We also interviewed students to understand their reason to drop out school as an objective. We based our study with some of the theoreticals such as Freire (1996), Paiva (2003) and Silva (2012) among others who discussed the process of scholarship on Young and Adult Learners Education. We conclude that Brazil's public politics for EJA are not enough neither efficient and the propositions to develop this educational condition does not help students to regain their self-esteem and to motivate them to go on with their studies. Another problem is the lack of qualified professionals that works with EJA. All these worries helps to increase its evasion's statistics.

**Key-words:** Young and Adult Learners. Drop-out. Self-Esteem.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	09
<b>2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COMO MODALIDADE DE ENSINO: AVANÇOS E DESAFIOS</b> .....	11
2.1 Contexto Histórico da EJA.....	11
2.2 Relação entre Política e Educação.....	16
<b>3 O CURRÍCULO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EJA</b> .....	20
3.1 Propostas Curriculares para a EJA.....	20
3.2 Limites na Formação Docente.....	23
<b>4 DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS DE PESQUISA</b> .....	27
4.1 Perfil dos Alunos da EJA.....	27
4.2 Auto estima e Aprendizagem na EJA.....	36
<b>CONCLUSÕES</b> .....	38
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	40

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho emerge da inquietação ao longo dos seis anos em que atuo nas salas de aula da Educação de Jovens e Adultos ao presenciar, a cada semestre, o alto índice de evasão nessa modalidade de ensino. Como educadora, ouvindo as histórias de vida dos alunos, percebi como a passagem desses estudantes pela escola foi marcada pela exclusão e/ou insucesso. Em sua grande maioria, esses alunos são oriundos de famílias de baixa renda em que seus pais, muitas vezes, tiveram poucas oportunidades de frequentar os bancos escolares.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), no Brasil, tem sido objeto de reflexão e preocupação por parte de instituições governamentais, profissionais da área de Educação e, especificamente, por nós professores dessa modalidade de ensino. De acordo com a Lei 9.394/96, a EJA, passando a ser uma modalidade da educação básica nas etapas do Ensino Fundamental e Médio, possui uma especificidade própria que, como tal, deveria receber um tratamento consequente (BRASIL, 2000, p.2).

A EJA sempre enfrentou resistência e dificuldades por diversos setores da sociedade brasileira, sendo vista como um espaço educacional de menor valor, que apenas “certifica alunos que não estudaram na idade certa”. Essa visão equivocada e preconceituosa tem contribuído para que os estudantes da EJA vejam a si próprios como alunos com possibilidades de aprendizagem inferiores aos alunos que se encontram inseridos na escola sem distorção idade/série.

Os alunos que frequentam a EJA fazem parte de um público bastante diversificado, que inclui desde jovens de 15 anos a indivíduos com mais de 60 anos de idade. Mas, trazem em comum, em sua maioria, o fato de terem parado de estudar seja por pequeno ou longo período de tempo e estarem retomando os estudos por diferentes motivos; seja por vontade própria ou por imposição do mercado de trabalho que cada vez mais se torna exigente em relação ao grau de escolarização dos indivíduos.

Para melhor compreendermos essa problemática, na presente pesquisa, que se caracteriza como um estudo de caráter exploratório, realizamos uma revisão da literatura, bem como realizamos entrevistas semi-estruturadas com alunos com o objetivo de entendermos os motivos da desistência desses alunos da escola.

Tomamos como base para nosso referencial teórico autores como Freire (1996), Paiva (2003), Silva (2012), dentre outros que discutem processos de escolarização na Educação de Jovens e Adultos.

O presente estudo está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, fizemos uma retrospectiva da história da Educação de Jovens e Adultos desde a colonização até os nossos dias; propiciando uma visão das diferentes formas que os governos, de acordo com cada momento histórico, trataram essa modalidade de ensino e que motivações se encontravam por trás dos diferentes planos e projetos implantados para atender a esse público que se encontrava marginalizado do processo de escolarização formal. Abordamos, também, a problemática da evasão escolar, suas principais causas, procurando apontar possíveis ações para minimizar o problema.

No segundo capítulo, buscamos ver como se dá o processo de formação dos professores da Educação de Jovens e Adultos, a relação entre formação acadêmica e a prática pedagógica e discutimos a necessidade de um olhar mais específico para os educadores que vão atuar na EJA.

No terceiro e último capítulo, como resultado da nossa pesquisa, analisamos que expectativas têm, acerca da escola, os sujeitos que compõem a EJA. Neste capítulo, a partir das respostas dadas ao questionário, procuramos entender como eles aprendem e o que os mantém ou afastam do ambiente escolar. Concluímos o nosso trabalho com algumas reflexões sobre a necessidade de se pensar políticas públicas que combatam a evasão escolar e que dêem conta de uma formação inicial e continuada para os professores que atuam nessa modalidade de ensino.

## **2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COMO MODALIDADE DE ENSINO: AVANÇOS E DESAFIOS**

### **2.1 Contexto Histórico da EJA**

A Educação de Jovens e Adultos – EJA- tem por finalidade proporcionar a educação básica àqueles que não tiveram condições de frequentar a escola na faixa etária estabelecida nas Diretrizes Curriculares propostas e na Lei 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

Atualmente, a idade mínima para frequentar a EJA é 15 anos para o Ensino Fundamental e 18 para o Ensino Médio. No Art.22 da LDB 9.394/96 está prevista a Educação de Jovens e Adultos – EJA, classificada como parte integrante da Educação Básica, sendo, portanto, dever do Estado disponibilizar vagas nessa modalidade de ensino aos que não foram escolarizados na idade considerada como correta.

É importante que conheçamos o processo de desenvolvimento da EJA no Brasil, pois a história nos fará compreender as muitas reformulações dessa modalidade de ensino, inicialmente definida como “para o trabalhador”, e que ainda está em movimento, como todas as outras modalidades da educação.

A preocupação com a escolarização dos adultos no Brasil tem início com a colonização portuguesa, quando por meio da ação dos padres jesuítas alfabetizar e catequizar os povos indígenas proporcionava aos colonizadores uma dominação territorial e a utilização de mão de obra local, com a conseqüente aculturação dos povos nativos. Podemos ver como essa aliança entre realeza e colonizadores foi importante no processo de ocupação das terras brasileiras no sentido de tornar os nativos da terra aliados através do processo de catequização dos índios que passavam a aceitar a presença e a cultura que lhe era imposta pelos colonizadores.

De acordo com Pilletti (1988, p.165):

A realeza e a igreja aliavam-se na conquista do Novo Mundo, para alcançarem de forma mais eficiente seus objetivos: a realeza procurava facilitar o trabalho missionário da igreja, na medida em que esta procurava converter os índios aos costumes da Coroa Portuguesa. No Brasil, os jesuítas dedicaram-se a duas tarefas principais: pregação da fé católica e o trabalho educativo. Com seu

trabalho missionário, procurando “salvar almas”, abriam caminhos à penetração dos colonizadores.

A ideia de adotar uma ação colonizadora através da conversão dos indígenas no Brasil colonial permitiu aos jesuítas desempenhar o papel de principais promotores e organizadores do sistema de educação. Mas, sua autonomia na colônia fez com que o governo português combatesse a ampliação desse controle provocando a regressão do sistema educativo implantado, onde quem mais sofrera com sua expulsão fora a elite, pois a educação popular era inexistente.

No Brasil colonial, a educação dos adultos indígenas tornou-se irrelevante. O domínio das técnicas, da leitura e escrita não se fizeram necessárias para os membros da sociedade colonial, já que esta se baseava principalmente na exportação de matéria prima. Assim, não havia preocupação em expandir a educação a todos os setores sociais. Com a vinda da família real para o Brasil, em 1808 (PILLETTI, 1990), modificou-se o panorama da educação brasileira. Tornou-se necessária a organização do sistema educacional da aristocracia portuguesa, pois tinham o objetivo de preparar quadros para as novas ocupações técnicos – burocráticas.

No ano de 1854 surgiu a primeira escola noturna e em 1876 já existiam 117 escolas por todo o país, como nas províncias do Pará e do Maranhão, que já estabeleciam fins específicos para a sua educação.

Após a Primeira Guerra Mundial, com a industrialização e urbanização, formase a nova burguesia urbana e estratos emergentes de uma pequena burguesia exigiam o acesso à educação. Esses segmentos aspiravam por uma educação acadêmica e elitista, enquanto o restante da população continuava analfabeta e inferiorizada.

A partir da Revolução de 1930, com as mudanças políticas e econômicas acontecendo no país, ocorreu um crescente aumento da urbanização e a industrialização exigia a ampliação da escolarização da população, especialmente dos adolescentes e adultos, que anteriormente não eram contemplados em políticas públicas que lhes permitissem oportunidades de acesso à escolarização a qual não tiveram acesso nas fases consideradas como corretas.

Pela primeira vez a educação foi destacada na legislação brasileira, através da Constituição de 1934, em seu capítulo II, art.150, o qual tratava da educação e da

cultura. Destacou-se nesse documento a determinação da União fixar um Plano Nacional de Educação, contemplando todos os graus e níveis de ensino primário e gratuito, cobrando frequência obrigatória inclusive dos adultos.

Na década de 1940 tivemos inúmeras iniciativas políticas e pedagógicas, tais como: a regulamentação do Fundo Nacional de Ensino Primário- FNEP; a criação do INEP, incentivando e realizando estudos na área; o surgimento das primeiras obras especificamente dedicadas ao ensino supletivo; lançamento da CEAA – Campanha de Educação de Adolescentes, através da qual houve uma preocupação com a elaboração de material didático para adultos.

Em janeiro de 1947 foi aprovado o Plano de Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, por solicitação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Tal campanha foi idealizada por Lourenço Filho, educador preocupado com a educação social, e agiu fortemente como movimento de mobilização em favor da educação de Jovens e Adultos no Brasil (CHIRALDELLI. 1987).

Com a realização do I congresso Nacional de Educação de Adultos, em 1947, e do Seminário Interamericano de Educação de Adultos, em 1949, temos importantes marcos para a EJA no Brasil. Com o II Congresso Nacional de Educação de Adultos constitui-se um marco histórico para a área, em que temos a participação de Paulo Freire que, liderando um grupo de educadores pernambucanos, defendia e propunha uma educação de adultos que estimulasse a cooperação, a decisão, a participação e a responsabilidade social e política.

O método Paulo Freire só passa a ser sistematizado realmente a partir de 1962. O pensamento freiriano, partindo de uma visão crítica do mundo, nos oferece em termos teórico-metodológicos uma formulação original, em que propunha que a alfabetização de adultos devia partir do princípio que o aluno não apenas sabe da realidade em que vive, mas também participa de sua transformação. Freire (1996, p. 33) afirma que:

Ensinar exige respeito aos saberes dos educandos de forma que educadores e escolas devam não somente respeitar os saberes trazidos pelas classes populares, os quais foram construídos socialmente na prática comunitária, mas também buscar o estabelecimento das razões de ser destes saberes com os

conteúdos pela escola trabalhados.

A década de 1970 foi marcada com o início do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que tinha por objetivo a formação do ser humano capaz de compreender ordens e realizar atividades de forma mecânica, sem criticar ou questionar o que lhe era solicitado, se adequando a nova fase política vivida no país, a Ditadura Militar (1964 a 1985). Tínhamos, nesse momento histórico, uma educação voltada para formação de mão de obra.

Na tentativa de ampliar os espaços educativos, no período do Governo Militar foi instaurada, na década de 1970, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 5692/71. A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação que tinha por objetivo a organização da educação de adultos por meio do ensino supletivo, bem como escolarizar grande parte da população a baixos custos, atendendo às demandas do mercado de trabalho do período.

Pouco se alfabetizou após a implantação do regime militar, mas com a redemocratização, em 1985, definiu-se uma nova concepção de educação de jovens e adultos. O MOBRAL foi extinto sendo criada a Fundação Educar, que almejava propostas inovadoras para a EJA, se inspirando no pensamento freireano. Tal iniciativa contava com a participação das prefeituras municipais e instituições da sociedade civil. A Fundação Educar teve curto período de duração, sendo extinta em 1990.

A EJA só vai ser novamente lembrada pelo Governo Federal em 2002, quando passa a ser responsabilidade dos estados e municípios, não sendo contemplada com recursos federais, visto que o FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) era destinado apenas ao Ensino Fundamental Regular, levando ao desprestígio dessa modalidade de Ensino motivado pela carência de investimentos disponíveis.

A Constituição de 1988 garantiu importantes avanços na EJA, como o que estabelece o artigo 208 da constituição federal segundo a qual “a Educação passa a ser direito de todos, independente de idade, e nas disposições transitórias” (BRASIL. Constituição 1988). são definidas metas e recursos orçamentários para a erradicação do analfabetismo.

Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9394/96, promulgou-se a primeira referência sobre a EJA no Título III,



artigos 4 e 5, trazendo significativo ganho à educação de adultos, institucionalizando essa modalidade de ensino. Somente no ano de 2003 a EJA voltou a ser prioridade para o Governo Federal, tendo novamente a meta de erradicar o analfabetismo no Brasil. Diante disso, o Ministério da Educação lançou o Programa Brasil Alfabetizado (PBA) que tem proporcionado aos jovens e adultos a possibilidade de continuidade nos estudos, porém em curto período de tempo. De acordo com Brasil (2005, p. 23):

O MEC realiza, desde 2003, o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos. O programa é uma porta de acesso à cidadania e o despertar do interesse pela elevação da escolaridade. O Brasil Alfabetizado é desenvolvido em todo o território nacional, com o atendimento prioritário a municípios que apresentam alta taxa de analfabetismo, sendo que 90% destes localizam-se na região Nordeste. Esses municípios recebem apoio técnico na implementação das ações do programa, visando garantir a continuidade dos estudos aos alfabetizandos. Podem aderir ao programa por meio das resoluções específicas publicadas no Diário Oficial da União, estados, municípios e o Distrito Federal.

Tendo como focos uma gestão participativa, a descentralização e controle social, a transversalidade da EJA e a prioridade na avaliação; com a gestão participativa as entidades parceiras são chamadas a colaborar na definição de parâmetros e iniciativas do redesenho do Programa.

A descentralização e controle social são possíveis com a coordenação da SECAD (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão), em articulação com os sistemas de ensino (implementam políticas educacionais nas áreas de alfabetização e educação de jovens e adultos) e com a participação dos governos estaduais, municipais e instituições da sociedade civil, que recebem o repasse de recursos para os projetos apresentados via FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), o que vai permitir uma maior flexibilidade e melhor adequação das ações desenvolvidas a diversidade da sociedade brasileira.

No que se refere à avaliação, consideramos que esse programa tem buscado a implementação de processos avaliativos que possibilitem o acompanhamento das propostas curriculares executadas pelas instituições parceiras, contribuindo para o fortalecimento da educação, vista como instrumento da promoção social, individual e coletiva.

Consideramos que o PBA se apresenta como um instrumento de fortalecimento da educação, que é porta da promoção social, individual e coletiva, em um país como o Brasil, em que as desigualdades sócio – econômicas são barreiras ao acesso aos bens culturais e materiais da sociedade.

## **2.2 Relação entre Política e Educação**

A educação no Brasil passa por um processo de expansão no que se refere à oferta de vagas em todas as séries do ensino. Em contrapartida, no que se refere à Educação de Jovens e Adultos, convivemos com o abandono dos alunos que é o que ocorre durante o desenvolvimento do Curso nessa modalidade de ensino.

Os alunos que frequentam a escola no período noturno são, na sua grande maioria, trabalhadores que, devido às mais diversas situações vividas em seu cotidiano, como por exemplo, dificuldade em conciliar o horário do trabalho com os estudos, falta de motivação decorrente da inadequação dos conteúdos escolares, as necessidades de a escola considerar as experiências da vida prática do aluno, entre outras causas, levam o estudante a infrequência ou abandono da escola. Santos (2003) afirma que:

Os alunos de EJA possuem no trabalho e na família a centralidade de suas vidas. Por este motivo, necessitam arcar com os custos objetivos e subjetivos bem altos e que por vezes implicam na permanência ou não nos estudos.

As alunas e alunos da EJA, em sua maioria, são trabalhadores e, muitas vezes, a experiência com o trabalho começou em suas vidas muito cedo. Nas cidades, seus pais saíam para trabalhar e muitos deles já eram responsáveis, ainda crianças, pelo cuidado da casa e dos irmãos mais novos. Outras vezes, acompanhavam seus pais ao trabalho, realizando pequenas tarefas para auxiliá-los. É comum, ainda, que nos centros urbanos estes alunos tenham realizado um sem-número de atividades cuja renda completava os ganhos da família: guardar carros, distribuir panfletos, auxiliar em serviços na construção civil, fazer entregas, arrematar costuras, cuidar de crianças etc.

As motivações que levam os jovens e adultos a estarem fora do processo de escolarização vão muito além dos problemas familiares, das dificuldades de

aprendizagem, da falta de escolarização da família que compromete a permanência desses indivíduos no processo educativo formal. O pensamento de Arroyo (2006) é importante para nossa reflexão e atuação junto a esse público, como vemos a seguir:

Os jovens e adultos continuam vistos na ótica das carências escolares: não tiveram acesso, na infância e na adolescência, ao ensino fundamental, ou dele foram excluídas ou dele se evadiram; logo propiciemos uma segunda oportunidade. (ARROYO, 2006, p. 23).

É nossa responsabilidade, enquanto educadores, pensarmos em vermos nossos alunos da EJA como sujeitos que precisam da educação no seu sentido mais amplo, incorporando os saberes que a sociedade atual demanda, para que possam ser realmente cidadãos de direitos.

Com esse histórico de vida, as experiências escolares desses alunos foram marcadas pelo insucesso ou fracasso escolar, o que os torna inseguros, com uma baixa auto-estima. Nesses casos, qualquer decepção, por menor que seja, leva o aluno a desistir dos estudos.

Consideramos, então, que o problema da evasão escolar ultrapassa questões escolares e familiares, pois a estrutura econômica e política vigente no nosso país exclui do processo de escolarização grande número de alunos provenientes das camadas mais pobres da população.

Concordamos com o pensamento de Freire que compreende a educação como forma de conscientização da situação de opressão da massa trabalhadora, para que seja possível que ocorra mudanças na estrutura social. Ao não separar o ato pedagógico do ato político, Freire (1996) nos mostra que a educação não pode ser concebida sem uma tomada de posição política por educandos e educadores.

A tradição educacional tem limitado o pedagógico à sala de aula, isolando a escola dos problemas reais e longe das decisões políticas; negando, assim, aos educandos a possibilidade de terem uma educação libertadora, transformadora do indivíduo e do meio em que ele se encontra inserido.

Historicamente, a educação se colocou como apolítica, mantendo uma separação entre conhecimento e conscientização, mas por vivermos em uma sociedade de classes, em que as classes dominantes sempre direcionaram o processo educativo. Não podemos ignorar que a educação brasileira, durante muito tempo, esteve a serviço das elites que tinham como preocupação primeira a manutenção de seu *status quo*, chamando para si a decisão de até que ponto e para

atender a determinadas necessidades do mercado de trabalho, as classes populares deveriam ser escolarizadas.

A educação, segundo Paulo Freire, é um ato político e se a educação sempre ignorou a política, a política nunca ignorou a educação, e sempre procurou utilizá-la para manutenção de seus interesses. Nesse sentido, o compromisso do profissional da educação com a sociedade tem como primeira condição ser capaz de agir e refletir, estando no mundo, saber-se nele, se há possibilidade de reflexão sobre si, associada à sua ação sobre o mundo é o que o faz um ser de práxis, atuando e refletindo sobre a realidade podemos considerar a educação como motor de transformação da sociedade, como o bem analisa Freire (2000).

A educação passa a ter sentido ao ser humano porque o seu existir se caracteriza como possibilidade histórica de mudanças. Somos ou nos tornamos educáveis porque, ao lado da constatação de experiências negadoras da liberdade, verificamos também ser possível a luta pela liberdade e pela autonomia contra a opressão e o arbítrio (FREIRE, 2000, p. 121)

Concordamos com o pensamento do educador Paulo Freire ao pensar a educação como forma de mudança social, devendo sempre visar a libertação, a transformação da realidade, permitindo aos indivíduos uma visão mais crítica da realidade, necessitando, para isso, que a aprendizagem seja significativa, e que o aprendizado da leitura e da escrita possibilite aos educandos se tornarem sujeitos de sua própria história.

Assim, vale destacar que essa situação é semelhante ao ato de conhecer citado por Freire (1982, p. 86), ao afirmar que:

O próprio fato de tê-lo reconhecido como tal me obrigou a assumir em face dele uma atitude crítica e não ingênua. Essa atitude crítica, em si própria, implica na penetração na intimidade mesma do tema, no sentido de desvelá-lo mais e mais. Assim, [...] ao ser a resposta que procuro dar ao desafio, se torna outro desafio a seus possíveis leitores. É que minha atitude crítica em face do tema me engaja num ato de conhecimento.

O profissional de educação não pode ser neutro diante do mundo que o rodeia, frente aos acontecimentos históricos, frente aos valores em que acredita, revelando seu compromisso consigo mesmo, com seus interesses ou com os interesses dos grupos aos quais pertence. Não pode esse profissional, portanto, assumir um compromisso verdadeiro se tiver uma postura de neutralidade frente à sociedade.

Para Freire (1996), o núcleo fundamental onde se sustenta o processo de educação seria o inacabamento ou a inconclusão do homem. Segundo o autor, o homem se sente inacabado e por isso se educa, a educação é uma resposta da finitude da infinitude, implica, portanto, em uma busca realizada por um sujeito que é o homem, que deve ser o sujeito de sua própria educação, que tem caráter permanente, pois existem graus de educação, mas estes graus não são absolutos, acabados, o saber se faz através de uma superação constante, o saber superado já é uma ignorância. De acordo com o pesquisador, todo saber humano tem em si o testemunho do novo saber que já se anuncia, ou seja, todo saber traz consigo sua própria superação. Portanto, não há saber nem ignorância absoluta, há somente uma relativização do saber ou da ignorância.

Na perspectiva freiriana, o educador deve conduzir o educando a leitura do seu contexto histórico e social, seu espaço, suas histórias e sua vida como um todo, tendo como o centro de todo o processo dois elementos básicos: a conscientização e o diálogo.

O educador comprometido com a sua prática, nesta perspectiva, precisa refletir na prática a teoria que defende, não se limitando a transferir os conhecimentos aos seus alunos como se esses fossem meros receptores, que não participam, não dialogam com o que lhes é transmitido. O verdadeiro mestre sabe que não existe uma verdade absoluta, definitiva, mas sim possíveis verdades que são colocadas diante dos educandos e educadores que construirão novos conhecimentos a partir dos conteúdos disponibilizados pelas diferentes áreas do conhecimento.

Por ser um formador de pensadores, o educador que tem consciência do seu papel social, que entende a educação como um processo de formação de cidadãos que precisam da escolarização; mas, também, se preocupa com a conscientização de seus alunos, vai contribuir para que esses indivíduos sejam atores ativos no meio em que se encontram inseridos.

### **3 O CURRÍCULO E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA EJA**

#### **3.1 Propostas Curriculares Específicas para a EJA**

Os educadores que vão trabalhar na EJA precisam de uma formação diferenciada no que se refere aos fundamentos e métodos que vão utilizar no trabalho com esses jovens e adultos, visto que não podem ser os mesmos utilizados nos turnos diurnos, que atendem as crianças e os adolescentes matriculados nas séries de acordo com a faixa etária exigida para cada ano do ensino considerado como regular.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) em relação à Educação de Jovens e Adultos, nos artigos 37 e 38 estão elencados: “oportunidades educacionais apropriadas”, segundo as características do alunado; mero estímulo genérico, pelo Poder Público, ações que mantenham o trabalhador na escola; exames (supletivos e de aferição de conhecimentos e habilidades informais).

As Diretrizes Curriculares Nacionais abrangem os processos formativos da Educação de Jovens e Adultos como uma das modalidades da Educação Básica nas etapas dos ensinos fundamental e médio, nos termos da LDBEN 9394/96. A identidade própria da Educação de Jovens e Adultos (modalidade da Educação Básica) considerará entre outras: as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias desse alunado.

Os programas que expressam as políticas públicas em curso que estão voltadas à Educação de Jovens e Adultos no Brasil são: Brasil Alfabetizado, Pró-Jovem, Fazendo Escola, FUNDEB. O que deve ser lembrado é que o aluno da Educação de Jovens e Adultos já apresenta conhecimentos significativos relacionados aos conteúdos a partir das suas práticas sociais. Falta-lhe sistematizar.

A dimensão política e social deve fazer parte das discussões em aula a partir do momento em que o interesse do jovem e do adulto, trabalhador ou não, é estar engajado e participando no contexto social e cultural em que está inserido.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos no Ensino Fundamental foram publicadas em três segmentos e estão disponíveis no site do MEC. Já o currículo para o EJA no Ensino Médio utiliza como referência a Base Nacional Comum, que deve ser complementada por uma parte que atenderá a diversidade dos estudantes.

As instituições de ensino ainda não possuem em suas salas de aulas professores com uma formação específica, que lhes permitam reconhecer os anseios e necessidades desses alunos, que vão muito além do aprender a ler e escrever, e como previsto nas Diretrizes Curriculares da EJA, essa modalidade de ensino tem como funções: reparar, qualificar e equalizar o ensino.

A formação contínua do educador se faz, assim, por duas vias; a via externa, representada por cursos de capacitação, aperfeiçoamento, seminários, leitura de periódicos especializados, etc., e a via interior, que é a autocrítica que cada professor deve fazer, indagando sobre seu papel na sociedade e se, de fato, o está cumprindo.

Destacamos a importância da formação continuada na especificidade da modalidade de ensino a jovens e adultos, principalmente porque sabemos que na formação inicial do educador esta não foi contemplada, pois não temos, ainda, no Estado da Paraíba, um curso ou área de aprofundamento na pedagogia e em algumas licenciaturas neste sentido.

A formação continuada apresenta-se como espaço e tempo de reflexão e de produção pedagógica, contribuindo e estimulando os professores a assumirem a responsabilidade de seu próprio desenvolvimento profissional e pessoal, e a participarem como protagonistas na implementação das políticas públicas educacionais dentro do contexto da Educação para Jovens e Adultos, que emerge hoje como uma das questões significativas do processo educacional.

Entendemos a formação continuada como processo de construção e reconstrução de saberes docentes, espaço que desafia o professor para produzir conhecimentos e criar novas estratégias práticas de ações, pois o educador terá que construir novos saberes docentes direcionados para o ensino-aprendizagem de adultos, (re)significando sua práxis pedagógica.

Nesse sentido, o pensamento de Miguel Arroyo (op. cit.) sobre a EJA exemplifica bem o processo de exclusão social que faz parte das vidas de nossos jovens e adultos. Para esse autor, a educação de jovens e adultos – EJA tem sua

história muito mais tensa do que a história da educação básica. Nela se cruzaram e cruzam interesses menos consensuais do que na educação da infância e da adolescência, sobretudo quando os jovens e adultos são trabalhadores, pobres, negros, subempregados, oprimidos, excluídos. O tema nos remete à memória das últimas quatro décadas e nos chama para o presente: a realidade de jovens e adultos excluídos.

É importante destacarmos as grandes contribuições que os movimentos populares e o pensamento pedagógico progressista deram a EJA, nos anos cinquenta e sessenta, gestando formas inovadoras de inserção das massas excluídas do campo e da cidade nos processos não só de escolarização mas de conquistas sociais e consciência política.

A EJA corre o risco de ser enquadrada nos sistemas dos ensinos fundamental e médio e perder sua herança de caráter libertária presente nos movimentos populares com experiências acumuladas nas últimas quatro décadas que continuam atuais no que se refere ao perfil dos alunos, que são as vítimas da exclusão, miséria, desemprego, luta pela terra, pelo teto, ou seja, por condições dignas de vida.

A visão ingênua de que a exclusão dessa grande massa da população brasileira é motivada pela sua condição de analfabetos ou analfabetos funcionais já se encontra superada. É a condição social, étnica, que é responsável por tão grande número de indivíduos que se encontram à margem dos bens materiais e culturais da nossa sociedade. É preciso resgatar o cidadão por inteiro, com uma formação social e cultural plena, que também lhe assegure os conhecimentos sistematizados historicamente.

A nova LDB nomeia os educandos da EJA como sujeitos sociais e culturais. Ao serem nomeados como sujeitos sociais e culturais temos asseguradas as lutas vivenciadas nas décadas passadas em que a preocupação com a escolarização de jovens e adultos excluídos da escola e a margem da sociedade vão ser defendidas por grupos ativistas dos movimentos populares.

Se faz necessário não enquadrar a EJA em sistemas de ensino engessados em si mesmo, alheios às verdadeiras necessidades e anseios do seu público, as propostas curriculares par a EJA precisam estar consoantes com as concepções humanistas da educação, presentes nos movimentos populares de outrora e necessários para termos propostas educativas mais abertas, que não



necessariamente estejam amarradas as estruturas burocráticas presentes nas diferentes modalidades de ensino.

Os saberes e as pedagogias dos oprimidos foram utilizados pelos que gestaram os movimentos populares nos anos cinquenta e sessenta e passaram a ser os conteúdos, conhecimentos e saberes sociais trabalhados nas experiências da EJA e podemos dizer que se encontram atuais nos nossos dias por terem os jovens e adultos de hoje as mesmas condições de exclusão dos jovens de outrora.

### **3.2 Limites na Formação Docente**

É corrente na atualidade o descontentamento dos professores em geral e particularmente com os que lecionam para jovens e adultos com as condições de ensino aprendizagem existentes nas unidades em que lecionam.

Os professores que atuam na EJA, em sua grande maioria, não tiveram na sua formação inicial uma preparação específica nessa modalidade de ensino, que durante muito tempo não contou com políticas públicas oficiais, só sendo recentemente dotada de cursos específicos nas faculdades e centros de educação Arroyo (2008) afirma que:

O perfil do educador de jovens e adultos e sua formação encontra-se ainda em construção. Temos, assim, um desafio, vamos ter que inventar esse perfil e construir sua formação. Caso contrário, teremos que ir recolhendo pedras que já existem ao longo de anos de EJA e irmos construindo esse perfil da EJA e, conseqüentemente, teremos que construir o perfil dos educadores de jovens e adultos e de sua formação.

A sociedade contemporânea vive um processo de mudanças contínuo que reflete na formação das identidades dos indivíduos, que se sentem inseguros diante das incertezas que permeiam o conhecimento de mundo que tínhamos, seja este científico ou do senso comum.

Com a crescente complexidade das relações sociais que se intensificam na Pós – Modernidade, com as novas tecnologias de informação e comunicação, escutamos na voz de muitos, e diferenciados indivíduos, que vivemos uma “crise de identidade”. Nesse sentido, para o sujeito pós – moderno, a identidade é historicamente construída, ela se constrói nos diferentes meios em que as pessoas

transitam. Então, o sujeito pode apresentar diferentes identidades que, no entanto, fazem parte de um mesmo “eu”, compondo uma individualidade única.

A identidade profissional do professor se constrói por meio de sucessivas interações que acontecem entre o sujeito e o meio sócio- cultural em que ele se encontra inserido. Atualmente, vemos que os professores passam por um grande dilema. O professor se vê diante de um dilema entre o profissional que queria ser e o profissional que é possível ser, visto que na sua formação inicial não lhe foi dado mecanismos para articular teoria e prática, proporcionando –lhe ser um profissional com múltiplos saberes, que é o que se espera de um professor do século XXI, que atende a um público que já nasce, cresce e se desenvolve em um mundo da imagem e do som, da informação sem fronteiras, que lhes chega através de um toque nos celulares, tabletes e tantas outras mídias digitais utilizadas por nossos alunos e desconhecida ou com pouco conhecimento de como utilizar esses recursos na nossa prática pedagógica.

A identidade dos professores deve ser pensada enquanto sua heterogeneidade, que caracteriza esse grupo social, que aproxima e muitas vezes coloca em lados opostos indivíduos da mesma categoria profissional, que apresentam histórias de vida e processos de escolarização diferentes, que vão ser muito importantes na formação identitária de cada profissional.

É necessário que os cursos de formação dos professores incluam em seus processos formativos, além da teoria, aspectos relacionados à profissão, seus limites e contradições, contribuindo para a formação de docentes mais aptos para lidarem com os novos problemas enfrentados no exercício do “ser professor”, na sociedade em que vivemos.

Compreender a relação existente entre os professores e os saberes que ensinam é fundamental para a formação da identidade desses profissionais, além de contribuir para que tenhamos uma melhor eficácia no processo ensino/ aprendizagem.

Ao longo do tempo os pesquisadores em Educação concentraram seus estudos em como se processa a aprendizagem pelos alunos, as influências dos aspectos sociais, políticos e econômicos. As diferentes fases de desenvolvimento dos educandos, entre outros aspectos psicológicos e culturais, são de suma importância , mas não são suficientes para compreendermos como os saberes e competências devem ser ensinados e desenvolvidos na escola.

Os professores precisam refletir sobre sua prática, analisando-a, relacionando as teorias estudadas na Academia e como elas se entrelaçam com os saberes a serem ensinados. O professor que reflete sobre sua prática, que procura conhecer a realidade em que seus alunos estão inseridos, está sempre em busca de novos conhecimentos, de uma busca por se adequar às mudanças vividas na sociedade contemporânea, a sociedade do conhecimento e da informação, que requer do professor múltiplos saberes para que se torne não apenas um mero transmissor de conhecimento, mas um mobilizador de saberes.

A valorização do professor só será possível quando os pesquisadores em Educação se voltarem para os saberes e fazeres pedagógicos, procurando entender como a formação iniciada nos bancos universitários podem se articular com as vivências práticas de cada educador, sendo continuamente reelaborados através de uma reflexão sobre sua própria prática e sobre a importância do conhecimento da realidade contribuindo assim para o desenvolvimento da educação e formação de sujeitos críticos que possam intervir para construção de uma sociedade mais justa e fraterna.

Nesse sentido, é motivo de otimismo o crescimento das políticas públicas voltadas especificamente para a EJA. Mas, ao mesmo tempo, é necessário que se esteja aberto a um diálogo entre as diferentes propostas curriculares existentes para que se possam construir caminhos que não se fechem em si mesmo, mas que abram possibilidades para que os órgãos governamentais possam atuar no sentido de articulação das propostas existentes, deixando-as com liberdade de ação e expansão em um terreno que se apresenta fértil e propício para semearmos esperança de um novo tempo para a EJA.

Os professores da EJA, mesmo descontentes com o não cumprimento das promessas salariais e de precárias condições de trabalho, buscam novas perspectivas pedagógicas e acreditam em novos desafios, buscando caminhos diferentes para repensar a sua prática pedagógica e contribuir para que seus alunos tenham uma aprendizagem satisfatória.

Diante das mudanças históricas, sociais e culturais que vivemos na atualidade, o ato de ensinar e aprender precisa encontrar uma nova forma de se realizar que se adeque a essa nova realidade. Para que essas mudanças aconteçam, os professores precisam de novos saberes teóricos que subsidiados por seus saberes práticos, adquiridos pela experiência, na sua prática pessoal e coletiva

vai possibilitar uma EJA que atenda às necessidades da vida prática de seus alunos.

Assim, diante da situação que se encontra a educação de jovens e adultos no Brasil, a formação de professores para atuarem na área é de suma importância para o enfrentamento do quadro de evasão e abandono escolar por parte de seus alunos. No sentido de atender ao princípio constitucional de universalização do ensino, de possibilitar uma educação de qualidade, voltada para cidadania plena, a qualificação, a formação continuada dos professores deve ser ponto vital nas políticas públicas voltadas para essa modalidade de ensino.

Apesar dos avanços consideráveis no que se refere à implementação de ações políticas para a melhoria da qualidade da educação formal brasileira (documentos de referência curricular, criação de sistemáticas de avaliação de livros didáticos, promoção de cursos de formação continuada de professores, etc. ), estes mostram-se limitados e ainda insuficientes frente aos desafios enfrentados acerca das reflexões sobre o ensino e a prática pedagógica e seus papéis na construção de uma sólida formação docente. Diante do exposto, sentimos a necessidade de uma perspectiva de formação docente baseada na construção de uma postura investigativa e reflexiva para os professores, tornando o exercício do ensino como lugar de produção de consciência crítica e de aprendizagem significativa, que possibilite aos nossos alunos se inserirem verdadeiramente como cidadãos no meio em que vivem.

## **4 DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS DE PESQUISA**

### **4.1 Perfil dos Alunos da EJA**

Atualmente, a questão da identidade tem sido amplamente discutida no âmbito da teoria social como também em diferentes espaços da sociedade. As velhas identidades estão em declínio fazendo surgir novas identidades em que o indivíduo moderno não é mais visto como um sujeito unificado e sim portador de diferentes identidades que se formam nos diferentes espaços e tempos por ele vivido.

A “crise de identidade” presente nos indivíduos da sociedade atual, conhecida como pós-moderna, está relacionada com o processo de “globalização”, que interliga diferentes culturas e produz mudanças profundas no que se refere as questões raciais, étnicas, religiosas, de gênero, sexualidade, entre outras diversidades presentes no mundo moderno, que de repente passam a fazer parte direta ou indiretamente da identidade de indivíduos e grupos até então centrados em um modo de ser e de viver pessoal e local.

Podemos falar de definições de Identidade, apresentando como modelo três diferentes visões: a iluminista, que acreditava que o próprio núcleo ou essência do nosso ser é o que fundamenta nossa existência como sujeitos humanos, que o centro essencial do “eu” era a identidade de uma pessoa, concepção essa individualista, do sujeito e de sua identidade, resultando em um sujeito totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades da razão, da consciência e da ação.

Na concepção sociológica, a Identidade é formada na “interação” entre o eu e a sociedade, estabilizando tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, preenchendo o espaço entre o interior e o exterior, entre o mundo pessoal e o mundo público.

A educação formal ocorre no processo de interação entre diferentes sujeitos que entram em contato e desenvolvem suas diferentes identidades. A escola é o espaço em que múltiplas identidades se cruzam e se relacionam, no movimento que envolve diferentes sujeitos, educandos e educadores, que trocam experiências resultados de suas vivências pessoais e coletivas, visto que pertencem a grupos de diferentes características, que no processo educacional moldam e são moldados na interação que se constitui em educar e educar-se.

Concordamos com o sociólogo português Sousa Santos (1995), quando ele afirma que a identidade se traduz como uma síntese de identificações em curso, sendo, portanto, antes de tudo, uma categoria política, disciplinadora das relações entre as pessoas, grupo, ou sociedade, estando em constante construção, são reivindicadas por questões políticas e éticas.

A utilização do conceito de identidade nos permitirá compreendermos as diferentes identidades que se encontram presentes nos nossos alunos da EJA. Ao evocarmos a nossa formação identitária, queremos colocar como nossos jovens, adultos e idosos, que compõem a maior parte do alunado da EJA, tem, intrinsecamente, em suas memórias de vida e especificamente do tempo em que frequentaram a escola considerada como regular, carências materiais, afetivas, de exclusão aos bens culturais da sociedade em que vivem, que os fazem terem uma baixa auto estima, ausência de uma estrutura familiar que os incentive a vencer as dificuldades que vão encontrar no processo de escolarização.

É importante uma maior reflexão sobre o significado da sala de aula, em que o educador, muitas vezes, até de forma inconsciente, reproduz valores, crenças e conceitos adquiridos durante a infância e adolescência; como também no ambiente escolar, que muitas vezes é um ambiente de submissão e passividade frente aos conteúdos ensinados e temas abordados. Entendemos que para mudarmos essa situação torna-se imprescindível que o professor tenha consciência de seu papel enquanto educador, refletindo sobre a necessidade de utilização de novas estratégias metodológicas.

Ao entendermos que em cada sala de aula lidamos com sujeitos de características e histórias de vida múltiplas, precisamos adequar o currículo a essa heterogeneidade presente no ambiente escolar e especificamente na EJA. Os currículos formais deixaram de ser um fim em si mesmo para ser um espaço de

diálogo com os saberes escolares e as experiências cotidianas que fazem parte do cotidiano escolar.

Com base nos objetivos propostos na presente pesquisa, realizamos uma pesquisa de campo na E. E. E. F. Antônia Rangel de Farias, localizada na cidade de João Pessoa/PB, que teve como sujeitos alunos da 5ª a 8ª série das turmas de EJA, que responderam a um questionário. Aplicamos o questionário a um universo de 30 alunos assim distribuídos: 10 alunos da 5ª série, 6 alunos da 6ª série, 6 alunos da 7ª série e 8 alunos da 8ª série. O número de alunos escolhidos para amostragem teve como referência o número de alunos por sala.

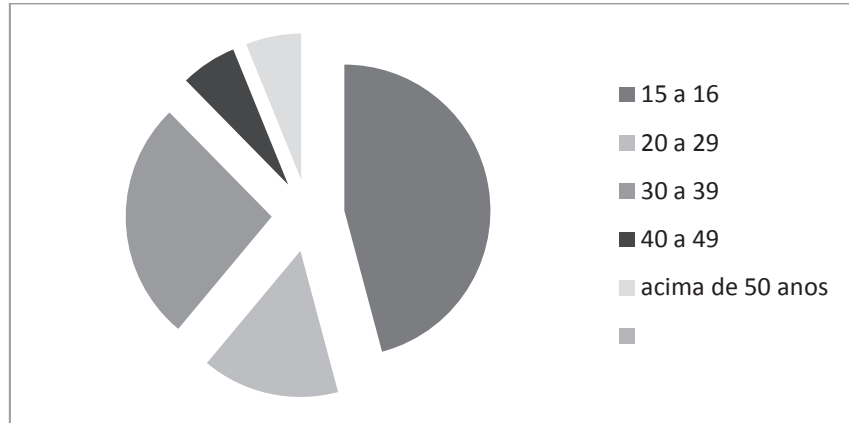
Procuramos com os dados colhidos no questionário analisar informações sobre a faixa etária dos alunos, sexo, estado civil, renda familiar, tempo que esteve fora da escola e por quais motivos, como se sentem em relação à escola no que se refere ao acolhimento recebido, a merenda que é servida, o que gostariam que a escola oferecesse, se a estrutura física da escola é adequada, se oferece condições para que possam ter um bom aproveitamento dos estudos e por fim investigamos o que esses jovens e adultos esperam da escola, que expectativas têm em relação ao futuro pessoal e profissional e como a retomada dos estudos se relaciona com os seus objetivos e projetos de vida.

Os resultados dos questionários são apresentados através da exposição de gráficos representando os percentuais atingidos através das perguntas formuladas nos questionários, conforme segue:

#### Idade

O Gráfico I mostra que dos 30 alunos entrevistados 50% estavam na faixa etária dos 15 a 19 anos, 16,6% estavam na faixa etária dos 20 a 29 anos, 20% estavam entre 30 a 39 anos, 6,7% estavam entre 40 a 49 anos e 6,7% acima de 50 anos.

Gráfico 1: Faixa etária dos entrevistados



FONTE: Pesquisa direta, 2014.

## Sexo

O Gráfico 2 mostra que dos 30 entrevistados 60% eram do sexo masculino e 40% do sexo feminino.

GRÁFICO 2: Sexo dos entrevistados.



FONTE: Pesquisa direta, 2014.

## Renda Familiar

O Gráfico 3 mostra que dos 30 entrevistados 48% tem renda de até 700 reais, 26,6% tem renda de 701 a 1.000 reais, 12% de 1.001 a 1.800 reais e 6 % tem renda acima de 1.800.

GRÁFICO 3: Renda familiar dos entrevistados.





FONTE: Pesquisa direta, 2014.

### Empregabilidade

O Gráfico 4 mostra que 60% trabalham e 40% estão desempregados.

GRÁFICO 4: Situação de empregabilidade dos entrevistados.



FONTE: Pesquisa direta, 2014.

### A estrutura física da escola

O Gráfico 5 mostra que dos 30 alunos entrevistados, 6,7% responderam que o estado de conservação da escola é satisfatório, 76,6% responderam que o estado de conservação da escola é precário, necessitando de reformas urgentes e 16,7% não souberam opinar.

GRÁFICO 5: Estrutura física da escola.



FONTE: Pesquisa direta, 2014.

### Grau de satisfação com a escola

Gráfico 6 mostra que para 60% dos alunos a escola está ótima, para 26,7% está boa e 13,3% não souberam opinar.

GRÁFICO 6: Grau de satisfação com a escola.

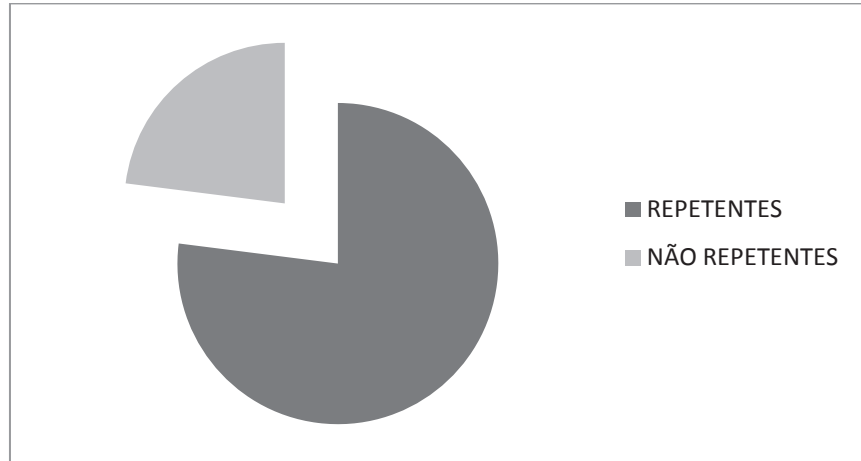


FONTE: Pesquisa direta, 2014.

### Repetência

O Gráfico 7 mostra que 77% dos alunos já repetiram de ano e 23% não desistiram nem repetiram de ano.

GRÁFICO 7: Número de alunos que já repetiram de ano.



FONTE: Pesquisa direta, 2014.

### Deixaram os estudos para trabalhar

O Gráfico 8 mostra que 56,7% deixaram os estudos para trabalhar e 43,3% interromperam os estudos por outros motivos, tais como: mudança, falta de motivação, desinteresse, etc.

GRÁFICO 8: Motivo de abandono dos estudos.



FONTE: Pesquisa direta, 2014.

### Reação dos pais ao abandono escolar

O Gráfico 9 mostra que 53,3% dos pais não concordaram com a decisão de abandonar os estudos, 26,7% concordaram e 20% não emitiram opinião.

GRÁFICO 9: Reação dos pais ao abandono escolar.

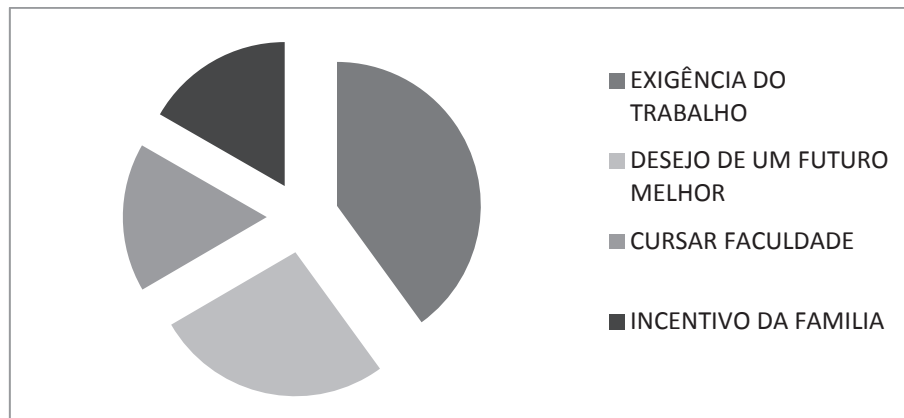


FONTE: Pesquisa direta, 2014.

### Retorno aos estudos

O Gráfico 10 mostra que 40% dos alunos voltaram a estudar por exigência do mercado de trabalho, 26,6% esperam com mais estudos ter um futuro melhor, 16,7% por vontade de cursar uma Universidade e 16,7% por incentivo da família.

GRÁFICO 10: Retorno aos estudos



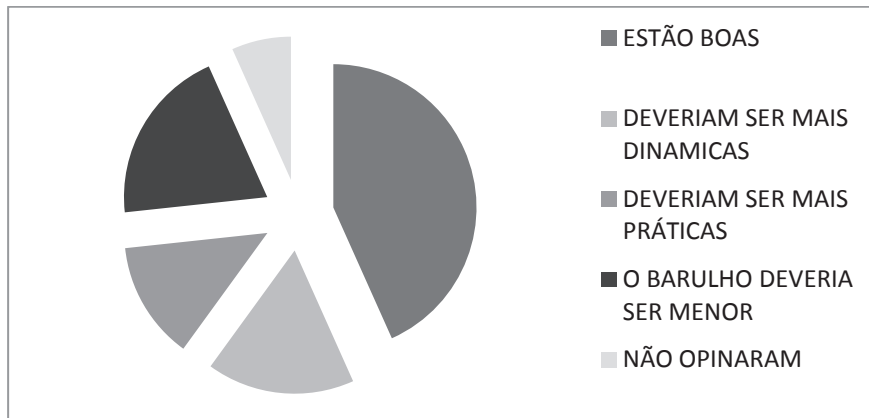
FONTE: Pesquisa direta, 2014.

### Como gostariam que fossem as aulas

O Gráfico 11 mostra que para 43% dos alunos as aulas estão boas, não precisa mudar, 20% gostariam que tivesse menos barulho na sala de aula, 13,3%

desejam aulas mais práticas, 16,7 gostariam que as aulas fossem mais dinâmicas e 6,7 não opinaram.

GRÁFICO 11: Opinião sobre as aulas.

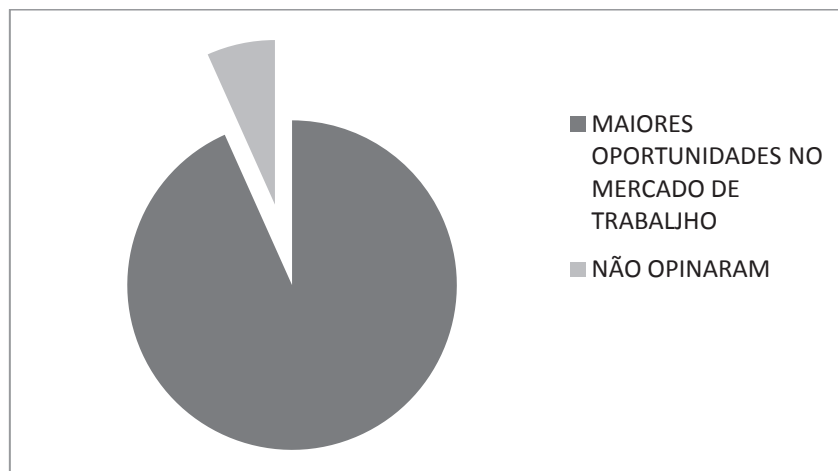


FONTE: Pesquisa direta, 2014.

### Sobre a importância de estudar

O Gráfico 12 mostra que para 93,3% dos alunos estudar é importante porque possibilita obterem melhores empregos e 6,7 não opinaram.

GRÁFICO 12: Sobre a importância de estudar.



FONTE: Pesquisa direta, 2014.

Como já esclarecemos anteriormente, o questionário foi formulado com perguntas objetivas e subjetivas. Os dados foram tabulados e demonstrados em forma de gráficos, como podemos ver anteriormente. Foram entrevistados alunos de

diferentes séries e idades. Analisando as repostas obtidas, chegamos a algumas conclusões.

A maioria dos alunos são trabalhadores e apresentam uma renda familiar de até R\$ 700, 00 (setecentos reais), deixaram de estudar para trabalhar e que suas famílias foram contrárias a essa decisão. Concordaram porque não tinham como garantir-lhes a permanência na escola por falta de recursos econômicos suficientes para suprir suas necessidades básicas.

Outro ponto que chama bastante a atenção é a questão sobre o grau de satisfação dos alunos com a escola e de como as aulas são ministradas. A maioria acha que a escola está ótima e que as aulas estão sendo ministradas de forma satisfatória, têm um bom relacionamento com professores e funcionários da escola.

Outro questionamento importante é o que motiva esses alunos a retomarem os estudos. A maioria das repostas, nos mostra que o mercado de trabalho tem exigido dos trabalhadores uma formação básica mínima, o Ensino Fundamental completo, mesmo para o exercício das funções mais simples; o que faz com que esses indivíduos, temerosos de não conseguirem se manter nos seus postos de trabalho, procurem a escola para melhorar a sua condição de vida.

Concluimos que os nossos alunos não têm real consciência do processo econômico – social que lhes excluem do processo escolar e lhes impedem de obterem melhores colocações no mercado de trabalho, garantindo, desta forma, o acesso aos bens materiais e culturais existentes na atualidade.

#### **4.2 Autoestima e Aprendizagem na EJA**

Ao longo dos seis anos em que leciono na EJA percebi como os alunos que compõem essa modalidade de ensino, em sua maioria, apresentam uma baixa autoestima. As experiências de fracasso escolar enfrentado por muitos deixaram nestes o sentimento de serem incapazes de aprender, se sentindo culpados por não terem conseguido a aprovação e, por conseguinte, continuarem seus estudos.

O fracasso escolar produz nos indivíduos sentimentos de auto desvalorização que comprometem seu processo de aprendizagem, tornando-o apático, desinteressado e com poucas expectativas de se tornar um cidadão crítico e participante na sociedade.

As mudanças rápidas que acontecem atualmente no mundo do trabalho levam o trabalhador a buscar ampliar sua escolaridade, não só para conseguir uma ascensão profissional, mas por temer perder o seu emprego para outro indivíduo com maior nível de escolaridade, que atenda às exigências do mercado.

Por meio da educação formal os alunos adultos vão adquirir níveis culturais mais elevados, no sentido do conhecimento historicamente acumulado pelas ciências que somados às suas experiências e conhecimentos desenvolvidos na vida em sociedade, lhes possibilitarão sentir-se capaz de participar ativamente do meio em que vivem, contribuindo, também, para transformação desse meio.

Os alunos trabalhadores ou jovens que voltam à escola por não se enquadrarem mais nas faixas etárias estabelecidas para o Ensino Fundamental e Médio, ditos como ensino regular, trazem junto consigo as mais diversas experiências adquiridas dentro e fora da escola, e na maioria das vezes suas experiências deixaram marcas profundas em seu interior que vão influenciar na imagem que esses indivíduos têm de si mesmo e de sua capacidade de retomarem seu processo de escolarização.

Recorremos aqui ao pensamento de Vygotsky, psicólogo com uma visão interacionista, que afirmou que as características de um indivíduo são construídas desde o nascimento, através da interação com o meio que o cerca. Assim, diante de experiências escolares consideradas fracassadas, os indivíduos passam a ter um conceito de si mesmos, negativo.

Levar o aluno adulto a acreditar em si mesmo, ter uma boa autoestima é fator importante para manter esse indivíduo na escola e motivá-lo para que se sinta confiante na sua capacidade em relação à aprendizagem. O sentido da aprendizagem para o aluno adulto está relacionado em primeiro lugar em conhecer e acreditar em seu potencial intelectual, necessitando, para isso, ser elogiado, valorizado no saber que traz consigo e assim se tornar auto confiante para adquirir novos conhecimentos que sejam úteis para sua vida e o ajudem na conquista de seus objetivos.

De acordo com Freire (1993, p.16) “respeitando os sonhos, as frustrações, as dúvidas, os medos, os desejos dos educandos, crianças, jovens ou adultos, os educadores e educadoras populares têm neles um ponto de partida e não de chegada”.

O aluno da EJA precisa saber que ele não é inferior a nenhum outro aluno. Pensamento corrente não só do aluno, como também de grande parte da sociedade, que vê na carga horária menor, no espaço de tempo reduzido para conclusão dos estudos, no fato dos alunos não terem conseguido estudar na idade considerada correta, empecilhos para que tenha uma aprendizagem satisfatória.

## **CONCLUSÕES**

A Educação no Brasil passa por um processo de grande expansão no que se refere ao número de salas de aulas e das matrículas em todos os níveis da Educação Básica, da Creche ao 3º Ano do Ensino Médio. Mas, esse crescimento não se reflete em termos de qualidade de ensino e permanência dos alunos na Escola, especificamente no que se refere à EJA, modalidade de ensino em que temos um significativo número de alunos evadidos, situação que se repete ano após ano, necessitando que medidas urgentes sejam tomadas pelas instituições governamentais responsáveis e por todos nós que participamos da formação desses jovens e adultos excluídos do processo de escolarização e, por conseguinte, impedidos de exercerem uma cidadania plena.

Ao longo da trajetória da EJA, vimos que essa modalidade de ensino sempre esteve relacionada às camadas mais pobres da população, vista como um ensino de menor qualidade, que possibilitaria a seu público os conhecimentos mínimos para que esses indivíduos pudessem desempenhar as funções que atendessem aos interesses das camadas dominantes de determinado período da nossa história, não sendo encarada como uma forma de inclusão dessas pessoas aos bens culturais e materiais da sociedade a que pertencem.



Vimos que nos anos 1940 a Educação de Jovens e Adultos teve nos movimentos populares um direcionamento político que visava a formação dos sujeitos para a cidadania política. Nesse contexto, o pensamento de Paulo Freire, com sua pedagogia libertadora, influenciou toda a uma diversidade de práticas pedagógicas. Fosse essas realizadas em escolas regulares ou classes informais que funcionavam em espaços de Igrejas, em casas de líderes comunitários ou em sindicatos, entre outros espaços abertos aos movimentos dos trabalhadores. Essa forma inovadora na época de trazer a educação para as situações da vida real, do contexto social que os indivíduos estavam inseridos apresentou bons resultados em diferentes lugares do Brasil, sendo abortada pela situação política vivenciada nas décadas seguintes da nossa história, sobretudo pela perseguição da ditadura militar.

Nos anos 1970, com a crescente instalação de regimes ditatoriais, como no caso brasileiro, em que de 1964 a 1985 tivemos a interrupção da democracia com a tomada do poder pelos generais, sendo instalado um regime autoritário, que estendia aos campos educacionais e culturais todo cerceamento político e ideológico que por ventura representasse qualquer ameaça ao regime vigente.

Desse modo, a obra freiriana, que vê na Educação um instrumento de mudança social, visando sempre a libertação, a transformação da realidade, está em desacordo com o pensamento do governo, que vai coibir as experiências educacionais em curso, vendo nelas uma ameaça ao sistema vigente, desarticulando, assim, espaços formais e não formais de educação de jovens e adultos.

Com o processo de redemocratização ocorrido nos anos 1980 e as mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais ocorridas no Brasil e no mundo, surgiu a necessidade de se olhar para a EJA como uma modalidade de ensino que precisa ter propostas curriculares, com o estabelecimento de objetivos e conteúdos específicos, que atendam as necessidades do jovem e do adulto que não foi escolarizado na idade considerada correta, mas que tem vivências e saberes que precisam ser levados em consideração no processo de ensino e aprendizagem.

A EJA precisa contemplar na sua base curricular elementos motivadores, que são frutos de uma prática pedagógica realizada por profissionais que tenham recebido na Academia uma formação específica sobre a aprendizagem de jovens e adultos e essa formação precisa ser continuada e em serviço, visto que vivemos um

período de mudanças tecnológicas rápidas, que exigem de todos os profissionais e especificamente dos educadores uma constante reflexão sobre o nosso trabalho.

É preciso que haja um comprometimento de toda a sociedade com a educação, especificamente dos poderes constituídos, governos federal, estadual e municipal, que façam valer a Lei que declara ser a educação um direito de todos e dever do Estado. Nesse sentido, a Escola, família, comunidade, sociedade em geral e Poder Público devem ser co-responsáveis pela formação educacional das crianças, adolescentes, jovens e adultos, enfrentando de forma articulada o processo de exclusão escolar que atinge grande número de brasileiros e brasileiras, em sua maioria pertencente às camadas mais pobres da população.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, M. **Educação de Jovens e Adultos**: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: GIOVANETTI, Maria Amélia, GOMES, Nilma Lino e SOARES, Leôncio (Orgs). *Diálogos na Educação de Jovens e Adultos*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2006.

BOFF, Clodovis. **Como Trabalhar com o povo**. Metodologia do Trabalho Popular. Petrópolis: Vozes, 1986.

BRASIL, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). (2000). Parecer CNE/CEB nº 11/2000. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Brasília.

Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/>>.  
Acesso em: 20 Fev. 2014.

BRASIL, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. (2005). Parecer CNE/CP n.º5, de 13 de dezembro de 2005. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia**. Brasília. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/>>.  
Acesso em: 20 Fev. 2011.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL, MEC. (1996). **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, n. 9394, dezembro de 1996.

BRASIL, MEC/e-MEC. (2012). **Sistema e-MEC: Sistema de regulação do Ensino Superior**. <<http://emec.mec.gov.br/emec/nova>>. Acesso em: 12 Mar. 2014.

BRASIL, MEC, INEP. (2012). **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Em campo aberto; escritos sobre a educação e cultura popular**. São Paulo: Cortez, 1995.

CHIRALDELLIJÚNIOR, P. **História da Educação**. 2ed. São Paulo: Summus, 1987.

DIOGO, E. S.; AVILA, M. M.; COSTA, M. N.. **Refletindo com Paulo Freire sobre a Evasão Escolar**. Disponível em :<<http://guaiba.ulbra.br/seminario/eventos/2009> > Acesso em: 03 de fevereiro de 2014.

EJA: CONTEXTO HISTÓRICO E DESAFIOS DA FORMAÇÃO DOCENTE. Viviane Kanitz Gentil UNICRUZ.

ESCARIÃO, Glória das Neves Dutra. **Educação Escolar e Trabalho: um estudo sobre o significado da educação escolar e o trabalho a partir das representações sociais dos estudantes – trabalhadores**. João Pessoa: UFPB-Editora Universitária, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 26 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_ **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_ **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_ **Pedagogia da Autonomia**. 31º ed. RJ: Paz e Terra, 2000.

FERREIRA, L. A. M. **Evasão Escolar**.

Disponível em: [http://: <https://www.google.com.br/url?>](http://https://www.google.com.br/url?) Acesso em: 03 Fev. 2014.

GOMES, N. L. (Orgs.). **Diálogos na educação de jovens e adultos – 2.ed.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

LIBÂNIO, José Carlos. **A democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. 19 ed. São Paulo: Loyola, 2003.

LOCH, Jussara Margareth de Paula. et al. **EJA: planejamento, metodologias e avaliação**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2009. 128p.

MORIN, Edgar. **Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro**. 5.ed. São Paulo : Cortez, Brasília, DF, UNESCO, 2002.

MORAES, Maria Cândida; NAVAS, Juan Miguel Batalloso(Orgs). **Complexidade e Transdisciplinaridade em Educação: teoria e prática docente**. Rio de Janeiro: WakEd.2010.

OLIVEIRA, P. C. S. **Evasão escolar de alunos trabalhadores na EJA**. Faculdade de educação/UFMG. Disponível: <http://www.senept.cefetmg.br/galerias/>>. Acesso em: 21 jJan. 2014.

PAIVA, Jane. **Os sentidos do direito à educação popular e educação de adultos**. 6ed. Revista e ampliada. São Paulo: Loyola, 2003.

PILLETTI, N. e C.. **História da educação**. São Paulo: Ática, 1990.

SANTOS, Boaventura Sousa. **Pela Mão de Alice**. O social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 12. ed, 1995.

SANTOS, G. L. **Quando adultos voltam para a escola: o delicado equilíbrio para obter êxito na tentativa de elevação da escolaridade**. In: SOARES, Leôncio (Org.). **Aprendendo com a diferença – estudos e pesquisas em educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2003, p.11-38.

SANTOS, Lisiane Gazola. **Sons das tribos: compondo identidades juvenis em uma escola urbana de Porto Alegre**.

Disponível em:<<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/8596>>.

Acesso em: 08 Abr. 2014.

SILVA, Valdecy Margarida da. **Alfabetização e letramento: contribuições à formação de professores alfabetizadores de jovens e adultos**. Tese de Doutorado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2012.

SILVA, Maria de Lourdes Ramos da. **A Complexidade Inerente aos Processos Identitários Docentes**. In: Coletânea de Textos Didáticos 4. UEPB,2013.p.87-98.

PAIVA, Jane. **Os sentidos do direito à educação popular e educação de adultos**. 6ed. Revista e ampliada. São Paulo: Loyola, 2003.

OLIVEIRA, Paula Cristina Silva de. Faculdade de Educação/UFMG. EITERER, Carmem. **Evasão escolar de alunos trabalhadores na EJA**.

Disponível em:<[http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Arquivos\\_senept/anaiTerxa](http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Arquivos_senept/anaiTerxa)>.

Acesso em: 02 Jan. 2014.

## **ANEXOS**

## ANEXO 1



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: PRÁTICAS**  
**PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES**

Caro (a) aluno (a),

O presente questionário objetiva coletar dados para o meu Trabalho de Especialização em Fundamentos da Educação – que trata das perspectivas de avanços na Educação de Jovens e Adultos. Se constitui em um trabalho acadêmico de conclusão do Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: práticas pedagógicas interdisciplinares – UEPB - orientado pela Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Valdecy Margarida da Silva.

Desde já, agradeço a sua colaboração.

Graça Justino /UEPB

- 1- Sexo: ( )Feminino ( )Masculino
- 2- Série que está cursando: \_\_\_\_\_
- 3- Estado civil: ( )Solteiro(a) ( )Casado(a) ( )Viúvo(a) ( )Divorciado (a) ( )Outro
- 4- Faixa etária: ( ) 15 a 19 anos ( ) 20 a 29 anos ( ) 30 a 39 anos ( ) 40 a 49 anos ( )acima de 50 anos
- 5- Trabalha? ( ) Sim ( ) Não
- 6- Nível de renda familiar: ( ) até 700,00 ( ) de 701,00 a 1000,00 reais ( ) de 1001,00 a 1800,00 reais ( ) acima de 1800,00 reais
- 7- É repetente? ( ) Sim ( ) Não
- 8- Porque deixou de frequentar a escola?
- 9- Qual foi a reação dos seus pais ao saberem da sua decisão?

10- Por que você voltou a estudar?

11- É bem recepcionado pelos funcionários da escola?

12- Você gosta da escola que estuda? O que ela deveria fazer para atrair mais os alunos?

13- Você deixaria de estudar para trabalhar? Por quê?

14- Como você gostaria que fossem as aulas da EJA?

15- Você acha importante estudar? Por quê?

16- Tem um bom relacionamento com os professores? Justifique.

17- Como você considera a merenda de sua escola? ( ) Boa ( ) Regular ( ) Ótima

18- O espaço físico de sua escola é: ( ) Bom ( ) Regular ( ) Ótimo

19. Considerando as ferramentas (recursos) utilizados pelo professor marque o(s) recursos didático (s) através do(s) quais você gosta de aprender.

- a) Observação de aula expositiva no quadro
- b) Recursos multimídia (Datashow, vídeos, som)
- c) Livro didático e leituras
- d) Palestras
- e) Grupos de discussão
- f) Laboratórios específicos (Física, Química e Biologia)
- g) Laboratório de informática